

Verbetes Temáticos

Pensamento Social no Brasil

Elide Rugai Bastos¹ 

¹Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

E-mail: eliderugai@uol.com.br

DOI: [10.17666/ebcs.2026.004](https://doi.org/10.17666/ebcs.2026.004)

PREÂMBULO

Refletir sobre a sociedade foi sempre um movimento que envolveu a humanidade, não só os especialistas – filósofos, historiadores, cientistas, religiosos, artistas –, mas também as pessoas em geral. Essas representações, formuladas via escrita, oral ou imagens, constituíram-se como forças sociais que definiram o encaminhamento das relações sociais, das instituições, dos conflitos, dos acordos, da organização da sociedade, da política, da cultura, da economia, da paz ou da guerra. A área de pesquisa Pensamento Social no Brasil coloca-se nessa direção buscando fixar-se na pluralidade constitutiva da tradição intelectual brasileira, buscando apontar afinidades ou rupturas entre reflexões contemporâneas e interpretações do passado sobre o país. Ainda, procura compreender como ideias, intelectuais, instituições, sociedade e política interagem. Opera buscando mostrar o sentido que problemas do presente carregam elementos herdados do passado em nossa tradição intelectual. Na sua formulação como disciplina, afasta a possibilidade de elaboração de uma síntese explicativa sobre o país.

Pensamento Social no Brasil define-se como uma área específica das Ciências Sociais, embora seu perfil interdisciplinar a articule a outras áreas das Humanidades, sendo bastante comuns as denominações Pensamento Sociopolítico ou Pensamento Político Social, o que pressupõe um produtivo diálogo. Em Sociologia constitui-se em linha específica reconhecida pelo CNPQ.

SUMÁRIO

1. Legado intelectual e efeitos sociopolíticos
2. Teoria e metodologia
3. Institucionalização, mapeamentos e balanços
4. Temas e problemas
5. Pensamento social e sociologia
6. Referências bibliográficas

Aprovado em: 03/08/2026

Editor(a) responsável: Mariana Chaguri



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Enciclopédia Brasileira de Ciências Sociais (EBCS). ANPOCS, 004 - 2026

1. Legado intelectual e efeitos sociopolíticos

Temas comuns que atravessam a formação da sociedade brasileira ganharam abordagens diferenciadas no desenrolar da história, pois o sentido da análise está referido ao contexto histórico e linguístico do momento de sua formulação, fixando-se na perspectiva teórica, social, política e cultural do autor ou autora que propõe a representação dos fatores que definem o perfil das questões apresentadas. Inúmeras indagações do presente se colocaram no passado com outros enquadramentos e diferentes intelectuais buscaram equacionar os problemas nelas envolvidos de acordo com as teorias e o discurso então disponíveis. Porém, não se trata apenas de apresentar as ideias formuladas, mas, também, de analisar como foram absorvidas e modificadas pela população, embasando atitudes em relação ao país ou servindo de base a formulações institucionais. Busca-se, nas investigações, o processo pelo qual se produz e é transmitido coletivamente esse conhecimento via grupos, camadas, classes sociais e, hoje, via redes.

Na área de Pensamento Social no Brasil, usa-se a palavra “coletivamente” sempre lembrando que a noção não se traduz em homogeneidade, mas considera-se que interesses e intenções são diferentes nos diversos coletivos. Além disso, não se trata de inquirir se essas formulações são verdadeiras ou falsas, mas parte-se da aceitação de que traduzem representações, visões de mundo de cada um desses coletivos, definidas por seu lugar social, econômico, cultural, geopolítico, além de pertencimentos étnico-raciais, de gênero ou de sexualidade.

A pesquisa em Pensamento Social no Brasil indaga sobre nosso legado intelectual, seu papel na formação da sociedade brasileira, analisando formulações, argumentações, abordagens, definindo os efeitos sociais e políticos de sua recepção, verificando como esse conjunto de ideias transfere-se ao senso comum e se transforma em consciência social não necessariamente homogênea. Ao longo da história brasileira, vários intelectuais destacaram-se como analistas de nossa formação, dos arranjos sociais e políticos da sociedade, da constituição da população e do sentido dos arranjos políticos. Cito alguns, entre muitos, presentes em diferentes épocas: José Bonifácio, Silvio Romero, Joaquim Nabuco, Alberto Torres, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Caio Prado Jr., Sergio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro. Suas obras se tornaram clássicas da interpretação do Brasil e, muitas vezes, se transformaram no fundamento de visões sobre a identidade do país e até mesmo de direções políticas adotadas. Muitos desses escritores assumiram importante protagonismo político, ocupando cargos diplomáticos, executivos, legislativos e judiciários. Se essa busca de identidade esteve presente na obra de alguns desses escritores, não se constitui, atualmente, no objetivo dos estudos na área de pensamento social.

Lembro que o estudo sobre o sentido dessas obras não pode ficar restrito à exposição monográfica das concepções do autor ou autora, mas deve incorporar à reflexão os recursos teórico-metodológicos e o modo pelo qual dão conta do processo histórico-social no qual se inserem. Em outros termos, como seu pensamento interage naquele período e estende sua agência a momentos posteriores. Considerar a importância dessas ideias formuladas nos

séculos passados significa encarar os denominados clássicos do pensamento social como instrumentos para interpelar a sociedade e sua história.

Porém, nem sempre, nas ciências sociais, a contribuição dessa elite intelectual foi valorizada como caminho para analisar as tensões e problemas da sociedade brasileira. Wanderley Guilherme dos Santos é um dos primeiros a propor a sistematização do pensamento político social em seus artigos dos anos 1960, nos quais reivindica o caráter fundamental daqueles autores para a compreensão dos impasses e dilemas do Brasil daquele momento. Trata-se de uma série de textos, mais tarde reunidos em livro, em que, desde o primeiro, “Preliminares de uma controvérsia metodológica”, de 1965, afirmava que as ciências sociais brasileiras tinham raiz nessas contribuições que não podiam ser ignoradas. Não concorda com a desconsideração dessa contribuição pelas ciências sociais e suas propostas mostravam a importância do estudo da história das ideias recusando-se a considerá-la variável dependente das instituições.

Além disso, na continuidade da pesquisa argumentará serem esses escritores intelectuais públicos, portanto, constituindo-se como importantes formadores de opinião. Os equívocos metodológicos que aponta nas classificações do pensamento político-social brasileiro dizem respeito à visão linear que considera duas etapas da produção das obras – a pré-científica e a científica –, baseada em visão positivista da história, que não dá conta do passado cultural do país. Lembra que muitas das formulações daqueles autores do passado acabaram por ser cristalizadas na cultura, influenciando na interiorização de elementos concernentes ao modo pelo qual a população concebe os padrões políticos. São, desse modo, constitutivos da imaginação político-social, transformando uma visão particular em opinião pública.

O tema da importância dessas obras do passado como fontes de problematização, conceitos e hipóteses para pensar o presente é ressaltado por Gildo Marçal Brandão (2007), no livro “Linhagens do pensamento político brasileiro”, mostrando a persistência na história de estilos de pensamento político-social e de formas de pensar que chegaram até nossos dias. Mostra que o estudo dessa herança intelectual no Brasil, situado em fronteiras superpostas nas diversas ciências humanas, é muitas vezes conflituosa, pois a abordagem dos diferentes aspectos da cultura assume aqui uma dimensão política importante. Face a essa característica, não é indiferente a definição do eixo da análise sobre o país. Recusa propostas que buscam explicação assentada na biografia dos autores ou no pertencimento institucional que descuram sua adesão teórica e os processos histórico-sociais em que se inserem. Assim, propõe a importância das ideias desses intelectuais, não vistas autonomamente, mas conjugadas ao conjunto de fatores que compõem o contexto histórico-social.

A continuidade e descontinuidade dos temas e procedimentos propostos é o eixo de sua análise, investigando a existência de “famílias intelectuais” diversas que se estendem ao longo do tempo. Busca reconhecer, a partir de meados do século XIX ao século XIX, suas principais características formais, genealógicas, formas de pensar, que denomina linhagens do pensamento político-social brasileiro. Essa proposição reconhece terem ocorrido profundas mudanças na sociedade brasileira, mas nenhuma mutação ontológica radical; contemporaneamente, apesar dos novos instrumentos analíticos acessíveis aos pesquisadores, não se altera ou se esgota a estrutura básica da realidade estudada por nossos autores clássicos.

Mesmo após a institucionalização das ciências sociais, algumas posições assumidas em relação à sociedade brasileira pelos chamados clássicos do nosso pensamento social configuram atitudes e comportamentos da população nacional, instigando os pesquisadores na universidade. Certamente, há altos e baixos nesse interesse que tem sua ascensão “nos momentos em que nossa má formação fica mais clara” referindo-se à metáfora de Hegel, “a coruja de Minerva só alça voo ao anoitecer”.

Discutindo na história do pensamento social brasileiro as diferentes interpretações sociológicas sobre as relações Estado/sociedade e público/privado, André Botelho (2019), no livro “O retorno da sociedade. Política e interpretações do Brasil”, propõe como recurso analítico a categoria “sequências” para definir a acumulação intelectual na área de pensamento social via linhas cognitivas comuns e diferentes, noção adotada da formulação na área da harmonia em música para explicitar as várias formas combinadas de diferentes sons simultâneos, consonantes ou dissonantes. Trata-se, em sociologia, de metáfora que dá conta da articulação dos diferentes processos sociais – econômicos, políticos, sociais e culturais – na configuração da sociedade, bem como dos sentidos assumidos por formulações sobre os arranjos alcançados entre eles nos diferentes períodos históricos. Se em harmonia o termo traz a possibilidade de direcionar o efeito que se pretende com o discurso musical, em pensamento social “sequências” permite indagar sobre os efeitos políticos, sociais, culturais das ideias e das práticas delas recorrentes. Constatando que a noção “formação”, largamente utilizada na tradição intelectual brasileira, carrega a conotação de série progressiva, integradora e teleológica, Botelho considera que “sequências” é a expressão mais adequada para dar conta do caráter contingente da articulação texto/contexto. Ou seja, permite ao autor mostrar como o contexto sócio-histórico não se coloca como cenário externo à análise, mas constitui subsídio fundamental da própria argumentação. O termo permite captar a repetição com diferença na tradição sociológica brasileira, inserindo os problemas sociopolíticos no quadro de questões teóricas mais amplas, apontando seu alcance e limites. Mais um aspecto importante da noção “sequência” é sua adequação às mudanças sociais recolocando os dilemas da sociedade e os efeitos sociais e políticos das ideias a cada nova situação histórica.

Nesse livro, Botelho retoma a reflexão sobre sociologia política brasileira mostrando a sequência dos debates a partir de propostas originárias de temas constitutivos da relação Estado/Sociedade, público/privado, sincronia/diversidade, buscando dar conta do dinamismo da sociedade. Desse modo, mostra ao leitor os limites das propostas que sobrevalorizam a especificidade do presente, deixando de lado a compreensão do processo sócio-histórico que define estrutura e agência na sociedade.

Essas três propostas de abordagem apontam a importância do passado intelectual que participou da construção da sociedade brasileira, mostrando que os textos se configuram, também, como forças sociais reflexivas, pois esclarecem o sentido dos processos constitutivos não só do passado como do presente.

Em direção diferente, no livro “Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)”, publicado em 1979, Sérgio Miceli propõe-se a estudar o itinerário dos intelectuais do período indicado no título, sua dependência das elites e do Estado, privilegiando sua história social, não conferindo papel relevante a ideias e seus efeitos sociais e políticos na configuração da sociedade. O contraponto ao que denomina “sociologia das ideias” apoia-se no modelo de

análise que considera as obras desses autores como decorrentes da sua trajetória e seu itinerário biográfico, não de tradições de pensamento. Assim, essas obras representariam transposição da experiência pessoal dos escritores. O próprio Miceli caracteriza sua abordagem como argumento sociológico com tinturas culturalistas. A unidade empírica de sua análise é o campo intelectual, buscando compatibilizar condicionantes relacionados às origens sociais, às mudanças em curso no mercado intelectual, nesse sentido, privilegiando a refração interna ao campo. Na área de pensamento social no Brasil, esse livro teve repercussão importante, provocando tanto fortes críticas ao modelo teórico-metodológico, como influência positiva no campo de sociologia da cultura. Muitos balanços sobre a produção na área apoiam-se em seus pressupostos, não considerando a produção que analisa o papel das ideias na edificação da sociedade.

2. Teoria e metodologia

Os fundamentos teóricos na base das discussões em pensamento social no Brasil não se restringem ao conhecimento e/ou a interpretações sobre a teoria clássica no âmbito da sociologia. Amplia-se, pois coloca problemas de aplicabilidade dessas formulações a situações não condizentes àquelas das sociedades que deram origem a novas propostas teóricas. Sabemos que fronteiras institucionais circunscrevem o campo dos conflitos nos países centrais, assim normas estabelecem direitos e deveres, configuram formalizações sobre as relações sociais e definem sanções.

Contudo, temos a experiência de que na periferia não é possível reduzir a vida social e política ao jogo das instituições. Gildo Marçal Brandão lembrava que o papel dos intelectuais é fundamental na definição e no estudo das consequências dessa situação e mostra sua recusa à utilização de fórmulas já feitas. Essa direção já foi assinalada por Florestan Fernandes, afirmando que em uma formação econômico-social localizada na periferia do capitalismo há a necessidade de busca de explicações diferenciadas daquelas utilizadas para as formações capitalistas originárias, exigindo, por parte do sociólogo, abordagem especial das categorias analíticas. Aceitando esse condicionamento, fazer sociologia no Brasil exige uma ótica que leve em conta essa fronteira, portanto, vários estudos do pensamento social aqui produzido carregam essa marca.

O recurso às teorias nos quais essas ideias se fundam é central, pois escritas formalizadas em comportamentos e atitudes ou institucionalizadas estão presentes de várias formas no conjunto social. Mas, seguramente, sabemos que ninguém pensa a partir do vazio, as interpretações que se contrapõem são mobilizadas em direção do reforço ou rompimento com a continuidade do *status quo* ou da reflexão sobre perfil da sociedade resultante da mudança social. Na sociologia, a reflexão sobre mudança social é central, assim, as discussões sobre permanência das tradições e os avanços da modernidade tornam-se temas importantes da análise na área de pensamento social no Brasil.

Dessa forma, é preciso dimensionar o alcance dos problemas levantados na argumentação dos autores no debate dessas questões, indagar se apenas os descrevem em sua aparência ou se procuram entender sua natureza. Nesse caso, impõe-se não apenas o

balanço dos elementos de caráter social, cultural, econômico e político, mas também o caráter da distribuição de poder na sociedade. Isso permite considerar as mudanças não apenas como ruptura, mas abordá-las em um processo amplo que se desenvolve ao longo do tempo, envolvendo várias ordens de conflitos.

Como foi dito anteriormente, o pensamento social em sentido amplo existiu longamente na história, mas somente no século XIX ganhou sistematização no quadro da constituição das ciências sociais, quando as posições dos literatos franceses do século XVIII sobre os princípios emancipatórios estenderam-se não só à França, mas a outros países europeus. Assinalo as indagações de Tocqueville (1856/1979) sobre esse fenômeno, na terceira parte de “O antigo regime e a revolução”: como os homens de letras, que não tinham altas posições sociais e nem poder, tornaram-se os principais homens políticos de seu tempo assumindo grande importância na revolução francesa? Como conseguiram inflamar a imaginação do povo e convencê-lo a substituir, por regras simples e elementares propostas pela razão, os costumes complicados e tradicionais que regiam a sociedade de seu tempo? O autor afirma que os contribuintes lesados pela desigual distribuição de bens acataram a ideia de que todos os homens são iguais e condenaram os privilégios. A recepção diferenciada dessas ideias pelos coletivos sociais, ilustrada no cenário da revolução francesa pelos jacobinos e pelos girondinos, mostra seu efeito nas opções pela ação.

Tom Nairn (1964) lembra que a recepção das ideias não é apenas espontânea, mas pode ser controlada pelos setores sociais que detém o poder. Seu estudo sobre a classe trabalhadora na Inglaterra indaga por que a reação popular passiva no cenário de transição à modernidade é muito diferente da francesa. Sua argumentação, que não cabe desenvolver aqui, repousa sobre dois pontos: de um lado, os trabalhadores não se edificaram espontaneamente como atores políticos, mas foram formados pela burguesia; de outro, a opção dos debates sobre a origem do conhecimento, recusando as ideias iluministas, apelou aos padrões vigentes no século XVII e criou um iluminismo provinciano, o empirismo. Abrindo espaço para estudar a cultura política dos trabalhadores, mostra que para analisar o efeito das ideias é fundamental arguir sobre o papel de todas as forças sociais no processo. Afinal, a contraposição racionalismo/empirismo teve papel político altamente importante na edificação das sociedades francesa e inglesa, sendo que alguns de seus traços persistem até hoje.

Os estudos na área de pensamento social no Brasil, em sua maioria, buscam evitar essa disputa, lembrando que a ênfase na experiência não indica abandono da razão, aliás, que é a base da melhor sociologia que reflete sobre a dinâmica da sociedade e toma a noção de processo como um dos eixos da análise. Mas isso varia conforme a definição do objeto a ser analisado, da unidade empírica estabelecida, dos conceitos eleitos e do processamento da investigação, o que se configura pelo apoio teórico-metodológico.

Tocqueville e Nairn mostram a importância das ideias sobre igualdade e desigualdade e seus efeitos presentes nesses dois contextos históricos, mostrando a articulação entre os processos econômicos, sociais, políticos e culturais que operam conjuntamente sobre a dinâmica da sociedade. Não se trata da única dimensão analítica presente nos estudos sobre os intelectuais e seu pensamento, pois em análises voltadas à sociologia da cultura reconhecemos a ênfase concedida a um processo sobre outro.

Ilustro com os trabalhos de Gisèle Sapiro, como “*Les Écrivains et la politique em France, de l’affaire Dreyfus à la guerre d’Algerie*” e “É possível dissociar a obra do autor?” (Sapiro, 2022), que têm embasado vários estudos sobre pensamento social no Brasil. A socióloga estuda o papel das artes e da literatura na sociedade francesa, abordando-as como campo de confronto que permite conhecer a dinâmica da sociedade. Sapiro, em seus primeiros trabalhos, acentua o processo social que permite, na direção de Bourdieu, mostrar a refração interna ao campo. Em textos recentes, estendendo sua indagação ao âmbito mundial, avança sobre a formulação de seu mestre ampliando a questão ao processo cultural, centrando na questão da reprodução das relações sociais, ótica que se coloca além da refração contida na concepção de campo daquele autor.

Em outros termos, reprodução da desigualdade, a meu ver, requer uma análise incorporando os processos sociais, econômicos, políticos e culturais em conjunto, o que levanta a possibilidade de focar a estrutura social. Os estudos brasileiros em sociologia da cultura que se fundam na tradição bourdiesana tomam, nesse sentido, duas direções: aqueles que demarcam o papel dos intelectuais a partir de 1968, considerando que a reforma educacional aprovada em 1967 opera separação radical entre estudos pré-acadêmicos e acadêmicos, apoiando-se na refração interna ao campo; outros, que buscam o sentido mais amplo da desigualdade, apontando o processo de sua reprodução nas diferentes esferas da sociedade, que se alinham às posições recentes da autora francesa. No Brasil, a questão da reprodução das desigualdades é proposta por Florestan Fernandes desde a primeira edição do livro “Mudanças sociais no Brasil” (1960) a partir da análise da contraposição das diversificadas forças sociais ao longo da história, tendo como elemento importante a distribuição desigual de poder na sociedade. O ponto alto dessa reflexão encontra-se em “A revolução burguesa no Brasil” (1975), no qual a dependência econômica do país define o cenário em que o problema se insere.

Os exemplos arrolados mostram que as várias formas de definição do objeto de pesquisa estão fundados na adoção de um método que não está sozinho no campo interpretativo, entrando em conflito explícito ou implícito com outros métodos. Assim, vemos que nas abordagens na área de pensamento social, de um lado, prevalecem na reflexão as ideias, seu impacto sobre a realidade, seu efeito político; de outro, confere-se ênfase ao itinerário dos intelectuais, o lugar político-social que ocupam, as políticas culturais que os beneficiam ou não e as instituições que os acolhem. Convivem posições distintas referentes às teorias que embasam a investigação, aos recursos metodológicos empregados, à priorização dos temas, à consideração da relevância dos diferentes aspectos, ao reconhecimento do peso social e político dos conflitos que envolvem grupos ou classes sociais.

Isso mostra que nas análises sobre o pensamento social no Brasil está presente um conjunto de posições que se opõem, se completam, dialogam, entram em confronto, o que traz amplitude e riqueza ao debate. Reconheço pelo menos três grandes linhas, cada uma apresentando abordagens internas diversas: a contextualista; a textualista; e a que, reconhecendo a tensão existente entre as duas posições, propõe uma análise que leva em consideração aspectos associados de ambas. Vários estudos já considerados clássicos, que enfatizam a terceira posição reportando-se à articulação entre ideias, autores e contexto, têm sido mobilizados em minhas investigações. Cito alguns deles.

No livro *“Le Dieu caché”*, Lucien Goldmann (1955/1959) estuda a obra de Pascal e Racine, refletindo sobre seus livros e fazendo importante análise do contexto francês e europeu dos séculos XVII e XVIII, período no qual a transformação social e política é relevante pois a Igreja, grande ator sociopolítico, perde seu lugar como principal controlador da sociedade. Com essa mudança, alteram-se as forças sociais, emergindo novos atores e apagando o lugar de outros. No campo das ideias, o racionalismo proposto por Descartes opera contrariamente às proposições dogmáticas. Goldmann mostra como a transformação nessas duas ordens tem efeitos poderosos sobre a estrutura e a organização da sociedade.

A leitura dos textos de Pascal e de Racine opera com o princípio de a forma estar intimamente ligada ao conteúdo, mostrando a pertinência dessa articulação, analisando a adequação das ideias propostas por esses autores ao contexto do período. Novos atores surgem a partir de novas configurações sociais, econômicas e políticas. Antigos atores perdem seu lugar no mundo, pois sua posição religiosa os exclui no cenário de secularização. Para expressar essa situação paradoxal, o recurso à forma tragédia torna-se uma necessidade interna na obra de Racine. O método dialético, empregado por Goldmann na análise, permite que analise o pensamento expresso por esses escritores como não linear, pois todo conhecimento parcial só encontra sua significação quando compreendido em um conjunto, sendo, também, que todo conjunto só pode ser explicitado pelo conhecimento parcial. Nesse texto, o autor mobiliza a noção de visão de mundo que, na sua argumentação, ganha contornos específicos não referidos ao indivíduo, mas a um coletivo social.

O livro de Claude Lefort (1972), *“Le Travail de l’oeuvre Machiavel”*, analisa as muitas interpretações sobre os livros de Maquiavel e busca demonstrar o que torna exemplar a explicação de uma obra. Lefort examina o trabalho de vários intérpretes do autor florentino, chamando a atenção sobre como o método utilizado define o sentido conferido à ótica analítica do crítico. Ilustro com sua explicação da interpretação gramsciana que, segundo ele, diferentemente de outras visões que enfatizam o Estado, procura estabelecer a relação Estado Sociedade. Por essa razão, Gramsci, ao lado de “O Príncipe”, propõe a leitura de “Histórias Florentinas” (1532) – adicionando uma descrição da sociedade e dos movimentos sociais, políticos e culturais que a atravessam, mostrando seu efeito sobre a configuração da sociedade italiana contemporânea a seu tempo.

Como apontado anteriormente, a circulação das ideias é tema importante para a pesquisa em pensamento social e aqui se alinham os trabalhos de Franco Venturi, em particular os textos *“La circolazione delle idee”* (Venturi, 1954) e *“Settecento riformatore”* (1979), ambos representativos de uma grande pesquisa na qual o autor discute como se difundem e circulam as ideias iluministas e como são adotadas em diferentes países; além de *“Utopia e Reforma no Iluminismo”* (1971), que aborda a origem, consolidação, difusão e adaptação das ideias iluministas em variados contextos. Quando analisamos o Iluminismo, muitas vezes o pensamos na sua relação com a Revolução Francesa, mas Venturi mostra como algumas dessas propostas já estavam presentes na própria formulação de Dante e de vários autores italianos e assim teriam contribuído para consolidar a burguesia italiana. Trata-se de uma leitura importante em termos de referencial teórico-metodológico.

Além desses, lembro Gramsci e seus textos sobre organização da cultura, Karl Mannheim sobre o pensamento conservador, Robert Darnton sobre livros e censura, John Pocock e

Quentin Skinner sobre contexto linguístico, Georg Lukács, especialmente na sua crítica literária, Raymond Williams e seus estudos culturais, Erich Auerbach sobre as representações da realidade, Fredric Jameson e seus estudos sobre estruturalismo e pós-modernismo. Como mencionei, não li tudo ao mesmo tempo, recorri aos textos durante a realização de diferentes pesquisas, naturalmente adequando a perspectiva analítica a partir dessas contribuições.

Acho importante lembrar que a leitura de metodologia, ou de metodologias diversas, ajuda a pensarmos os caminhos da pesquisa. Não se trata de elaborar uma cartilha que determine a aplicabilidade de teorias e metodologias; na verdade, no processo de investigação de temas e de autores, temos que estudar as características do tempo e do espaço, e isso é um trabalho pessoal, uma dedicação individual, que muda de caso a caso. Sempre brinco com meus alunos dizendo que temos que pensar e que pensar dói. É necessário buscar nossos caminhos, se não o fizermos, arriscamo-nos a formular trabalhos repetitivos e sem importância. A pesquisa científica não é trabalho simples e fácil, não esgotamos temas e problemas deixando muitas questões no ar que serão retomadas posteriormente por outros pesquisadores a partir de outra ótica e que vão além do que propomos.

3. Institucionalização, mapeamentos e balanços

Na sociologia, o pensamento social é indicado como especialidade referenciada pelo CNPQ, mas se reconhece que suas fronteiras se sobrepõem a outras que envolvem áreas das humanidades, assim sinalizando seu caráter multidisciplinar. Desse modo, a pesquisa em Pensamento Social no Brasil propõe-se a estabelecer como problemas fundamentais da sociedade brasileira foram abordados pelos cientistas sociais, literatos, artistas, advogados, médicos, engenheiros ao longo da história. Temas como a questão racial ou a questão agrária, para citar dois exemplos, se colocaram ao longo da história brasileira, mas continuam sendo objeto de debates fundamentais, envolvendo hoje uma ótica mais apurada na discussão dos direitos.

Os estudos de pensamento social no Brasil estão presentes como linhas de pesquisa em vários programas de pós-graduação em Sociologia ou Ciências Sociais, constituem-se como grupos ou comitês na Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) e na Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e seus trabalhos são divulgados pela Biblioteca Virtual de Pensamento Social. Assim, seus textos alcançam o público interessado via eventos e publicações desses organismos. Na ANPOCS, desde 1981, atua o grupo de trabalho Pensamento Social no Brasil, apresentando trabalhos de pesquisadores da área nos encontros nacionais anuais; na SBS, desde 2003, o Grupo de Trabalho (GT), hoje comitê, procura consolidar um núcleo permanente de pesquisadores localizados em instituições do país, além de apresentar, em eventos nacionais, suas pesquisas; a Biblioteca Virtual do Pensamento Social (BVPS), fundada em 2013, cuja plataforma ganha circulação em 2015, mapeia textos da área e busca estimular a interlocução entre o pensamento social feito no Brasil e em outros países. Seu caráter transnacional permite divulgar o papel dos estudos realizados nas periferias para a compreensão dos desafios e debates no âmbito mundial.

Desde o final dos anos 1980, o retorno de trabalhos enfocando os intelectuais e suas ideias sobre o país ganharam impulso, fenômeno compreensível pela restrição operada durante a ditadura militar (1964-1985) em relação ao debate sociopolítico e pela repressão a seus estudiosos. Nos anos 1990, consolida-se a área de Pensamento Social no Brasil, o que pode ser visto através de vários balanços disponíveis para consulta. A partir de então a produção cresceu muitíssimo, o que dificultou uma visão abarcadora dos balanços bibliográficos. Assim, carecem de visão plural, particularizam-se e não abarcam a diversidade de abordagens. Apresento alguns deles, mesmo considerando que não correspondem ao conjunto da produção em pensamento social.

Em 1999, Sérgio Miceli elabora um texto sobre modelos gerais de explicação voltados ao estudo sobre intelectuais, excluindo trabalhos que, segundo sua visão, não estabelecem propostas teórico-metodológicas novas. O autor indica três orientações: sua proposição que parte de argumentos sociológicos; a que denomina doutrinário-populista, de Daniel Pècaut; a organizacional e institucionalista, de Simon Schwartzman, mostrando como se contrapõem. Do mesmo ano é o mapeamento de trabalhos apresentados nos encontros da ANPOCS, por Lúcia Lippi Oliveira (1999), e são apresentados textos na SBS por Botelho, Villas-Boas e Lahuerta (2005), mostrando o desenvolvimento e renovação dos estudos em pensamento social. O capítulo de Bastos e Botelho (2010) reflete como a área se consolidou e inovou com formulações próprias voltadas à realidade das sociedades periféricas. Artigo de Meucci e Carvalho (2018) aponta a presença da disciplina Pensamento Social no Brasil em cursos nas principais universidades brasileiras. André Botelho, na revista *Prismas*, em 2015, e, também, o levantamento da BVPS junto à plataforma Lattes do CNPQ, mostram que cerca de novecentos pesquisadores, com no mínimo mestrado concluído, qualificam três ou mais itens da sua produção como pensamento social brasileiro, abarcando um campo mais ampliado. Reunindo depoimentos de doze especialistas opinando sobre o desenvolvimento, a atuação e os desafios da área no país, o simpósio organizado por Schwarcz e Botelho (2011), traça um panorama sobre a história, teoria e desafios da área de pensamento social no Brasil. Artigo escrito por Brasil Jr. et al. (2020) faz um mapeamento crítico e um balanço da produção contemporânea, mostrando pesquisas e debates que demonstram a consolidação da área.

Os balanços e mapeamentos apresentados usam critérios diversos como base para sua classificação, fator decorrente da escolha metodológica que, naturalmente, parte de visões diferentes sobre a sociedade. Disso resulta a ênfase na definição dos objetos – intelectuais, ideias, instituições, processos. Podemos ver que mapeamentos e balanços anteriores aos anos 2000 operam ainda com a oposição textualista/contextualista, radicalização amenizada a partir do século XIX.

4. Temas e problemas

No atual contexto de extrema especialização, que lugar ocupa o Pensamento Social no Brasil no conjunto das ciências sociais? Os temas que pesquisa e os dilemas que levanta cabem na reflexão sociológica contemporânea? Claro que respostas a essas indagações pressupõem tomada de posição sobre a definição das grandes questões no quadro tanto das teorias sociais

como dos atuais problemas mundiais. Obviamente não é possível esgotar as muitas possibilidades contrapostas, mas arrisco-me a fixar em algumas delas.

Creio que não haverá desacordo se apontar a questão da desigualdade em suas variadas facetas como um dos grandes temas que estão tanto na base dos conflitos sociopolíticos, como das propostas de reflexão teórica nas ciências sociais.

Uma das proposições importantes está presente no livro “Orientalismo”, de Edward Said (2007), texto que não somente acrescentou muito à análise social, como permitiu que ficasse clara a discriminação contida na representação do Oriente elaborada pelo Ocidente. A noção de representação da realidade, devedora a Auerbach, está na base do exame que ele faz de obras de autores ocidentais sobre o Oriente, que resultam em uma visão político-cultural consolidada que passa a permear o senso comum. O livro levantou polêmicas diante de vários conflitos armados desde o decênio anterior. Nele, o autor enfatiza que nem o termo Oriente nem o conceito Ocidente têm estabilidade ontológica, sendo ambos constituídos socialmente como afirmação ou identificação dos orientais, provocando medo, ódio, asco, presunção de superioridade. Esse sentido se impôs através de instituições, tradições, códigos consentidos, ideais e doutrinas dominantes. Trata-se de uma representação que apoiou a intervenção política, no caso a guerra contra os palestinos em 1969, e intervenções posteriores. Suas reflexões podem ser apontadas como um dos primeiros passos para as formulações sobre o pós-colonialismo.

A proposição de Said permite abrir um debate sobre como se processa o aprendizado social e que tipo de aprendizado permite enfocar, de forma ampla, a desigualdade social, tema importante para as discussões em pensamento social. A preocupação com o aprendizado social na sociologia, nas últimas três décadas, tem características diferentes dos debates anteriores, no sentido que o eixo articulador se centrava, então, no peso que a sociedade, especialmente via linguagem, operava sobre o indivíduo.

Nos últimos anos, várias indagações dirigem-se ao entendimento do processo de edificação da sociedade, destacando o caráter narrativo do processo, por essa razão houve o retorno à reflexividade e a recuperação das várias tendências do pensamento social. Sem dúvida, tal procedimento não apaga o papel desempenhado por aquelas reflexões, mas o empenho presente tem relação com as transformações recentes das formas de comunicação que aceleram mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais às quais a sociedade é desafiada a colocar-se *a giorno*. A mudança nas formas de comunicação face a face, a partir dos novos meios de comunicação, alterando definição de como se constitui a opinião pública, repõe a importância da reflexão sobre o aprendizado social.

O termo aprendizado não se confunde, pois, com aprendizagem, no sentido que supõe plano mais abrangente, ou seja, é referido à concepção de sociedade. Em termos mais precisos, Karl Eder (2001) sugere que se trata de compreender coletivamente o fazer-se da sociedade. O autor mostra como o aprendizado se realiza, ou seja, ocorre em situações nas quais os processos de interação produzem efeitos que modificam o conhecimento coletivamente compartilhado. Aprendizado e desaprendizado acontecem simultaneamente, abandonado-se crenças normativas e adotando-se nova visão. Narrativas e comunicação são elementos fundamentais desse processo. Narrativas básicas fornecem uma base comum para o entendimento recíproco e comunicação. A ênfase a esses pontos confirma a importância da

abordagem do sociólogo alemão para os pesquisadores da área de Pensamento social no Brasil, pois para a reflexão sobre recepção de textos e ideias é necessário ir além dos dados de circulação.

Como já indicado, durante longos anos a expressão “interpretações do Brasil” foi apontada como denominação de produção ensaística, pré-acadêmica, fundada apenas em opiniões, propondo visão totalizante que desconhece particularidades regionais, por essa razão era vista como explicação descartável. No entanto, vários pesquisadores nos últimos anos voltaram a indagar sobre sua presença em estudos atuais. Talvez a instabilidade dos rumos mundiais provocando grandes tensões permita que a crise se coloque como ferramenta heurística para ancorar novas proposições. Entre elas, colocamos a indagação: as análises consideradas científicas, acadêmicas, abandonaram a proposta de interpretação do país?

Essa questão é desenvolvida por Chaloub e Lima (2018), no artigo “Interpretações do Brasil Contemporâneo” em que abordam a não existência de contraposição entre a produção denominada pré-acadêmica e aquela produzida na universidade, no qual postulam ser o pensamento político-social um instrumento apto a desnudar esses pressupostos e expor os vínculos entre ambos. Essa área abre espaço para a exposição do conhecimento das várias dimensões das humanidades e das visões de mundo subjacentes a essas tradições intelectuais. Assim, formular interpretações sobre o Brasil não significa dizer que não há nada de novo sob o sol e nem afirmar que a história do pensamento sociopolítico começa com a universidade. Nesse texto, afirmam ser o conceito interpretações do Brasil uma mistura de ensaísmo e rigor acadêmico, sendo que vários estudos de autores contemporâneos sobre o país, mesmo inconscientemente, buscam uma visão interpretativa sintetizadora. Os autores não questionam a validade dessas abordagens, reconhecendo que essa busca pode ser condição para o aperfeiçoamento da área.

Os autores apontam o acerto de Roberto Schwarz ao afirmar que interpretar o Brasil exige a capacidade invulgar para *desprovincianizar* nosso olhar, sendo essa atitude que permite diluir as fronteiras entre interpretação e ciência. Notam-se, nessa direção, diversas linhas de continuidade entre a atual produção da ciência social no país e as tradições pregressas do pensamento sociopolítico.

Posições atuais, apoiadas na distinção cerrada entre Estado e sociedade ou na contraposição entre arcaico e moderno, recaem, muitas vezes, em dualismos criticados há muito tempo como visões imobilizadoras sobre a sociedade, perdendo de vista seus aspectos dinâmicos e contraditórios. Comento, apoiando-me em sugestão de Florestan Fernandes, que interpretações que se ancoram em afirmações opondo atrasado e moderno, servem de base a que setores no poder exerçam controle autocrático sobre as mudanças da sociedade para transformar setores considerados atrasados em áreas modernas. Ainda, o diagnóstico construído a partir dessa ótica dualista estabelece as medidas a tomar, quem deve aplicá-las, como e o que fazer para implantá-las. Concordo com seus estudos que demonstram como, no Brasil, se produz uma relação *sui generis* entre esses opostos, pois encontram unidade explicativa na totalidade do sistema, fazendo com que o atraso seja mantido como dado fundamental para alcançar o moderno.

Voltando a Chaloub e Lima, seu texto mostra que a marca das interpretações do Brasil é, portanto, a diversidade, que não pode ser limitada a períodos históricos ou áreas do

conhecimento. Na mesma direção temos o texto de Maia (2007) que introduz o tema espaço como um aspecto importante nas discussões na área de Pensamento Social no Brasil.

Em mais um passo na discussão, retomo a contraposição entre o peso das ideias na configuração da sociedade e o itinerário dos intelectuais. Nem todo trabalho na área de pensamento social no Brasil pode ser definido em termos de história das ideias, mas estas constituem instrumentos analíticos estratégicos para a sociologia, ao lado dos estudos empíricos. Fazer sociologia na periferia do capitalismo exige que sejam investigados os princípios, as visões de mundo, as representações sobre a sociedade e como estas se compatibilizam com esses pontos alcançados nos centros do capitalismo originário, assim como a aplicabilidade *in limine* dos conceitos propostos pelas teorias formuladas naqueles espaços. Torna-se central, então, analisar como se expressam nas ideias formuladas pelos intérpretes da sociedade brasileira. Esse papel metateórico é exercido pela área do Pensamento Social no Brasil, diante da extrema especialização que ocorre em ciências sociais. Em outra dimensão, busca compreender como o conhecimento produzido sobre o social é apropriado e modificado pelos diferentes atores sociais, como essa apropriação tem fundamentado a agência de seus portadores. Assim, pode-se aquilatar como o repertório do pensamento social entre nós pode-se abrir para novas questões contemporâneas e novas possibilidades analíticas.0020

Esse *agionamento* ao debate contemporâneo possibilita diálogo com autores internacionais, o que tem ocorrido com a formação de redes de pesquisa. Hoje, os estudos desenvolvidos na área compreendem tanto os temas clássicos da formação da sociedade brasileira, em suas várias dimensões como, por exemplo: modernização, modernidade e mudança social; construção e transformação do Estado-nação; cultura política e cidadania; assim como diferentes modalidades de produtores e de produção cultural em sentido amplo, literatura de ficção, artes plásticas, fotografia, cinema, teatro; e a própria “cultura” como sistema de valores e formas de linguagem.

A área de Pensamento Social no Brasil se apresenta com mesas, conferências, comunicações nos vários seminários, encontros, congressos nacionais e internacionais, abordando esses temas a partir de diferentes enquadramentos. Questões específicas direcionadas à sociologia têm levado à retomada dos desafios e das crises contemporâneas. Grande parte dos pesquisadores em pensamento social tem-se voltado a mostrar a articulação desses dois termos, isto é, na crise, elementos e momentos aparentemente conexos deixam de sê-lo e abre-se espaço a que novos desafios operem na direção de pensar sobre a possibilidade de novos nexos. Um dos temas centrais da sociologia, as mudanças sociais, leva o pensamento a desenvolver-se nessa direção, propondo alternativas até mesmo desconstruídas, pois a crise atinge diferentemente as esferas, econômica, social, política e cultural. Nas diferentes fases da modernidade o princípio emancipatório, que está na raiz da sociologia crítica, ganhou arranjos diferentes e detonou reflexões que privilegiam um ou outro aspecto dessa proposta. O pensamento social, como área da sociologia, mostrou a pertinência de refletir-se como os princípios liberdade, igualdade, desigualdade.

5. Pensamento social e sociologia

A crise social e cultural resultante da queda do antigo regime possibilitou a emergência da sociologia, conforme vimos anteriormente, pelo papel desempenhado pelo iluminismo e a difusão de suas ideias. Todavia, não é possível desconsiderar a reação crítica ao abstracionismo contida nelas. O pensamento conservador operou nessa direção, mostrando a importância do concreto na base do conhecimento. O pensamento sociológico, em suas várias vertentes conhecidas nesses mais de dois séculos, não ficou apartado do debate. Propostas teóricas enfatizando uma ou outra ótica foram formuladas, bem como a busca de compatibilização entre ambas. De todo modo, as formulações na área de pensamento social no Brasil expressam essas três tendências e sua legitimação tem repercussões políticas importantes que não cabe abordar aqui.

Volto, então, a pontos indicados anteriormente para expressar como esse movimento está presente na área que abordamos. Evidentemente a consideração da história é básica para a análise contida naquela terceira posição, mas entre os pesquisadores a perspectiva sobre como encará-la é diversa. O pensamento social no Brasil tem seu perfil adequado à presença das oposições nas sociedades modernas, por essa razão, vale-se do recurso a teorias sociológicas que embasam esses contrapontos.

Um dos pontos mais sensíveis nessa direção reside na forma como são abordados os conflitos. Primeiramente, o contraponto reside na afirmação de sua equalização ou não. Alguns trabalhos entendem que os conflitos são de natureza diversa, seu sentido atuando na estrutura social e nas possibilidades de agência dos diferentes atores. Outros colocam todos no mesmo nível de atuação na sociedade. Há uma diferença, também, na consideração da legitimidade dos conflitos como objeto a ser analisado e aquela que os encara como subversão da ordem, apontando a virtude, característica brasileira, do equilíbrio dos antagonismos. A diferenciação está presente na ênfase dada às noções de sociedade em sua constituição estrutural ou da cultura como elemento de unidade social. Óticas diferentes apontam a inegável presença da desigualdade no Brasil, expressa pela desigual distribuição de renda, pela presença da discriminação racial, de gênero, regional. No entanto, abordagens diferenciadas acentuam, por exemplo, diferenças definidoras desses coletivos que podem afastar a consideração de uma igualdade básica como objetiva da proposta e da análise. Como se trata de uma questão básica para a sociologia, todas as propostas temáticas, como é o caso de pensamento social no Brasil, são afetadas por esse confronto. Não cabe aqui analisar os efeitos dessas posições que têm consequências para a definição de políticas públicas.

Ao longo do texto lembramos que no Brasil temos a experiência de que na periferia não é possível reduzir a vida social e política ao jogo das instituições, além de apontar a necessidade de adequação dos conceitos a essa condição histórica. Hoje, a situação mundial mostra que a análise de situações econômicas, sociais, políticas e culturais periféricas ganhou amplo debate sobre o alcance e o limite teórico, analítico e metodológico das razões dessa atribuição, abrindo espaço a novas formulações como, por exemplo, o pós-colonialismo ou as chamadas teorias do sul. A discussão ampliou-se e, na área de pensamento social, o livro de Mariana Chaguri e Mário Medeiros (2018), intitulado “Rumos do Sul. Periferia e pensamento social”, mostra como o sentido de periferia se alarga, é analisado e questionado. Reunindo textos de dezessete autores de várias procedências, assinala que periferia além de realidade concreta é, também, imaginação histórica e sociologicamente formulada, apontando como ideias,

repertórios e linguagens concorrem ativa e reflexivamente para a modulação do mundo social. Os estudos procuram explicitar como os ideais universais de modernidade social, política e cultural se encontram com a visão de mundo, as instituições e as práticas nas sociedades periféricas. Temas como raça, crenças, nação, região ganham diferentes narrativas com o esforço de adaptar conceitos e categorias analíticas. Esse descentramento teórico constitui-se em elemento importante na análise sociológica, conforme João Marcelo Maia mostra no texto da primeira parte do livro, “Ao sul da teoria: a atividade teórica do pensamento social brasileiro”.

O conjunto das pesquisas apresentadas levanta novas agendas de pesquisa retomando o princípio da historicidade da produção social das ideias, às vezes esquecido nos trabalhos das ciências sociais, o que insere o livro no quadro contemporâneo dos estudos sobre pensamento social no Brasil.

6. Referências bibliográficas

Teoria e conceituação

- Bastos, Elide Rugai, & Botelho, André. (2010). Pensamento social brasileiro. In Carlos Benedito Martins & Heloísa Teixeira Martins (Eds.), *Horizontes das ciências sociais. Sociologia*. ANPOCS.
- Botelho, André. (2019). *O retorno da sociedade. Política e interpretações do Brasil*. Vozes.
- Botelho, André, Villas Bôas, Glaucia, & Lahuerta, Milton. (2005). Pensamento Social no Brasil No século XX. *Caderno CRH*, 18(44), 193-195.
- Brandão, Gildo Marçal. (2007). *Linhagens do pensamento político brasileiro*. Hucitec.
- Chaguri, Mariana, & Medeiros, Mario. (2018) *Rumos do Sul. Periferia e pensamento social*. Alameda.
- Eder, Klaus. (2001). As sociedades aprendem, mas o mundo é difícil de mudar. *Lua Nova. Revista de Cultura e Política*, (53), 5-28. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452001000200002>.
- Goldmann, Lucien. (1959). *Le dieu caché*. Gallimard. (Obra original publicada em 1955).
- Lefort, Claude. (1972). *Le travail de l'oeuvre Machiavel*. Gallimard.
- Miceli, Sergio. (2001). *Intelectuais à brasileira*. Companhia das Letras.
- Nairn, Tom. (1964). The English Working Class. *New Left Review*, 24(1), 43-57. <https://doi.org/10.64590/gla>.
- Said, Edward. (2007). *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente* (Rosaura Eichenberg, Trans.). Companhia das Letras.
- Santos, Wanderley Guilherme dos. (1967). A imaginação político-social brasileira. *Dados*, 2(3), 182-193.
- Sapiro, Gisèle. (2022). *É possível dissociar a obra do autor?* Moinhos.
- Tocqueville, Alexis de. (1979). *O antigo regime e a revolução*. (Yvonne Jean da Fonseca, Trans.). Editora UnB. (Obra original publicada em 1856).
- Venturi, Franco. (1954). La circolazione delle idee. *Rassegna storica del Risorgimento*, 4(2-3), 203-222.

Estudos comparativos

- Brasil Jr., Antonio, Jackson, Luiz Carlos, & Paiva, Marcelo. (2020). O pequeno grande mundo do Pensamento Social no Brasil. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências sociais - BIB*, (91), 14-39.
- Chaloub, Jorge, & Lima, Pedro Luiz. (2018). Interpretações do Brasil contemporâneo. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, 23(2), 14-39. <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2018v23n2p14>.

- Oliveira, Lúcia Lippi. (1999). Interpretações sobre o Brasil. In S. Miceli (Ed.), *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)* (pp. 147-181). Editora Sumaré: ANPOCS; CAPES.
- Maia, João Marcelo E. (2007). Espaço, teoria social e pensamento brasileiro. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 15(2): 205-32.
- Meucci, Simone, & Carvalho, Lucas. (2018, 29 de janeiro). Notas sobre Pensamento Social Brasileiro nos currículos: pressupostos, inquietações e questões. BVPS Blog. <https://blogbvps.com/2018/01/29/notas-sobre-pensamento-social-brasileiro-nos-curriculos-pressupostos-inquietacoes-e-questoes-de-uma-pesquisa-em-elaboracao-por-simone-meucci-ufpr-e-lucas-carvalho-uff/>.
- Schwarcz, Lilia, & Botelho, André. (2011). Simpósio: cinco questões sobre o pensamento social brasileiro. *Lua Nova*, (82), 139-159.

VER TAMBÉM:

Intelectuais | Sociologia da cultura | Interpretações do Brasil | História das ideias | Aprendizado social | Estilos de pensamento | Desigualdade | Atores sociais

COMO CITAR ESTE VERBETE:

Bastos, Elide Rugai. (2026). Pensamento Social no Brasil. In *Enciclopédia Brasileira de Ciências Sociais (EBCS)*. ANPOCS. 10.17666/ebcs.2026.004.